

CARTA DE CAMPO GRANDE

Visa este documento, em primeira linha, despertar e estimular a sociedade de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul para uma tomada de consciência acerca das questões indígenas no Estado.

As iniciativas da luta pelo respeito aos direitos dos índios tem surgido e se ampliado em diversos estados brasileiros, como acontece em São Paulo, Rio Grande Sul, Paraná, Santa Catarina, Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás e Minas Gerais.

Inspira este documento o desejo de que aquelas iniciativas sejam alicerçadas e aprofundadas no Mato Grosso do Sul. É inspirado, ainda, na constatação de que a Primeira Semana do Índio, que está sendo realizada pelo governo deste Estado, é a ponta de uma lança com a qual se pretende atingir os mesmos objetivos do frustrado projeto de Emancipação do Índio.

Dessa forma, esta Carta de Campo Grande vem convocar todos os segmentos sociais e suas entidades representativas, para uma ampla mobilização que leve à organização de uma associação de apoio aos índios de Mato Grosso do Sul. Um organismo através do qual se possa estabelecer mecanismos de vigilância à aplicação da política indigenista oficial e de alternativas na busca das autênticas soluções para as questões indígenas.

A partir dessa expectativa cabe denunciar que:

- a Semana do Índio se reveste de um caráter promocional que visa a encobrir a verdadeira intenção governamental de estabelecer a "estadualização" do nível de decisões sobre a política indigenista;

- esta "estadualização" resulta de pressões exercidas por poderosos grupos econômicos, latifundiários e políticos cujo objetivo final é a usurpação da terra indígena em proveito próprio;

- esse processo de "estadualização" já foi deflagrado e Mato Grosso do Sul serve, neste momento, de balão de ensaio das intenções governamentais:

- a base desse processo é um documento intitulado "Postos Indígenas - Subsídios para definição de uma ação conjunta Estado de Mato Grosso do Sul, Ministério do Interior, Fundação Nacional do Índio (Funai)", apócrifo, aleatório, que pretende tão somente integrar o índio no processo econômico-capitalista do Estado;

- todas as propostas governamentais omitem, intencionalmente, os problemas relacionados à ocupação e posse da terra levando à falsa impressão de que eles estão solucionados;

- o Projeto Kurumim II, integrante desse conjunto de medidas, pretende transformar as aldeias em mero ponto de lazer e recreação dos estudantes da rede estadual de ensino;

- a Secretaria de Desenvolvimento Social pretende a semi-industrialização do artesanato Guató, Kadiweu e Kaiowa para transformá-los em objetos de consumo em feiras e lojas nas maiores cidades do estado;

- o sociólogo João Vieira, funcionário e prestador de serviços ao governo de Mato Grosso do Sul, ao defender a tese de que os chefes de postos da Funai devam ser retirados do ambiente das aldeias, colabora para acelerar o processo de desarticulação dos órgãos federais a quem compete a aplicação da política indigenista brasileira, abrindo espaço às manobras e influências regionais;

- a Secretaria de Comunicação Social de Mato Grosso do Sul usa de má fé ao informar aos órgãos de imprensa sobre a participação de chefes e membros de conselhos tribais incluindo entre eles representantes fictícios, inclusive de grupos já extintos;

- os organizadores da Primeira Semana do Índio vêm tentando manobrar chefes indígenas na tentativa de conduzir as suas manifestações;

- os irmãos Joel, Gerson e Jair de Oliveira, terenas já integrados, articulam a fundação de uma federação indígena com ex-

plícitos objetivos de assegurar canais de interferência política, partidária e eleitoral, negociando votos de seis mil índios eleitores em favor dos grupos governistas;

- outros seis mil índios, desterrados, vivem em Mato Grosso do Sul à margem de qualquer proposta ou sistema constituído de assistência e orientação aos indígenas;

- centenas de índios de Aquidauana, Miranda e Dourados foram transformados em bóias-frias e são explorados por usinas de álcool em Nova Andradina, Pedro Gomes e Rondonópolis;

- os 150 remanescentes Guatós, há tres anos, são, - sistematicamente, utilizados como cobaias da multinacional de medicamentos Syntex S.A., com o conhecimento e a omissão da Funai;

- a Funai vem promovendo a irracional devastação das últimas reservas florestais da região de Caarapó para abastecer as serrarias do Departamento Geral de Patrimônio Indígena instaladas em Mangueirinha, Palmas e Xanxerê;

- o comprovado direito dos 160 Kaiowas na ocupação de terras na região de Amambai é menosprezado pela Funai, permitindo - que esses índios continuem sob ameaças e coação da Fazenda Paraguaçu;

- a demarcação da Reserva da Bodoquena está paralizada há mais de cinco meses em decorrência de pressões políticas e de fazendeiros que ocupam áreas ilegalmente naquela região.

ASSIM, cumpre ressaltar que o movimento pela formação de uma associação de apoio aos índios de Mato Grosso do Sul, deve assumir como seus os princípios de uma política indigenista mais justa e mais digna. As linhas gerais e condições mínimas de uma tal política foram apontadas por diversas entidades de apoio aos índios reunidas recentemente em São Paulo:

"É direito essencial dos índios lutar por uma existência digna por eles mesmos determinada. Todo grupo humano tem o direito de criar e recriar através das gerações sua própria cultura e formas de vida. Tem o direito de esco-

lher os caminhosqu

lher os caminhos que achar mais convenientes para sua perpetuação como grupo.

"Cabe à Funai, como órgão de tutela, propiciar as condições de auto-determinação das comunidades indígenas. Estas supõem as garantias mínimas de sobrevivência física e cultural, e de autonomia na organização política e social dos grupos indígenas.

"A sobrevivência desses grupos depende em primeira instância do acesso à terra. É requisito fundamental que os índios sejam ouvidos, respeitando seu modo específico de ocupação do território.

"Grupos isolados ou em contato intermitente devem ser protegidos em reservas ou parques de território contínuo e suficientemente extenso para que mantenham sua organização sócio-econômica; por outro lado, respeitem-se os direitos históricos sobre terras de grupos com contato mais antigo.

"Esquemas médicos preventivos e uma assistência eficiente na área de saúde constituem dever imperativo do órgão de tutela."

É questão de dignidade do povo brasileiro dar garantias de que também aos índios serão assegurados os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal.

É imperativo, pois, o imediato estancamento do processo de estadualização do nível de decisões sobre a política indigenista, sob pena de serem os índios colocados à beira da extinção em decorrência das pressões de poderosos grupos econômicos e políticos, exploradores de índios, invariavelmente ligados aos governos estaduais e locais.

É indispensável que os problemas aqui denunciados tenham imediata e prioritária solução pelos organismos oficiais. Somente depois de cumpridos esses requisitos mínimos será possível alcançar a auto-determinação dos grupos indígenas que depende, na sua essência, da garantia de seus direitos à terra.

E, finalmente, que este seja o momento do povo sulmato-
grossense e brasileiro interromper o genocídio que vem sendo pepe-
trado às nações indígenas desta Terra de Santa Cruz desde 1.500.

Campo Grande, MS, 16 de abril de 1.980.

Pelo movimento de formação de uma associação de apoio
aos índios de Mato Grosso do Sul.

Jornalistas, advogados,
parlamentares, professores
médicos, engenheiros, mem-
bros de sindicatos, associa-
ções, Movimento de Anistia
e Direitos Humanos ; Regional
do CIMI em Mato Grosso do Sul.

(Handwritten signatures on a set of four horizontal lines)
[Signature 1]
[Signature 2]
[Signature 3]
[Signature 4]

[Signature 5]

[Signature 6]

[Signature 7]

[Signature 8]

[Signature 9]

[Signature 10]

[Signature 11]

[Signature 12]

[Signature 13]

[Signature 14]

[Signature 15]

NOTA PARA A IMPRENSA

Na primeira quinzena de maio será lançada em Campo Grande a Comissão Pró-Índio de Mato Grosso do Sul com o objetivo de despertar a comunidade civil do estado para o encontro de soluções autênticas para os problemas indígenas regionais e integrada ao trabalho já desenvolvido por diversas outras entidades em várias unidades da federação para a proposição de alternativas e vigilância à política indigenista oficial.

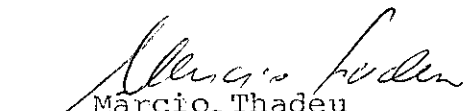
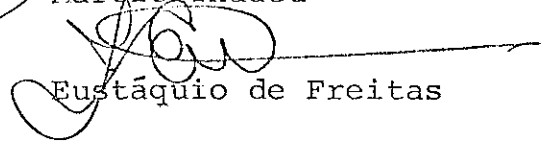
Para isso, está constituído formalmente nesta capital o Núcleo da Comissão Pró-Índio de Mato Grosso do Sul, formado por jornalistas, advogados, professores, antropólogos, e representantes de comunidades indígenas, que estuda, no momento, a constituição dos estatutos da entidade e a data precisa do ato público que marcará o seu lançamento. Esses fatos foram comunicados ontem a diversos estudiosos das questões indígenas, em várias partes do país, para sua integração no movimento.

A base inicial do trabalho da Comissão Pró-Índio de Mato Grosso do Sul se configura a partir de uma integração com os grupos pastorais, indigenistas e de pesquisadores que já trabalham nas diversas comunidades indígenas do estado. Cabe à comissão, que terá representantes em várias cidades - Corumbá, Dourados, Amambai, Naviraí, Miranda, Aquidauana, e outras - apoiar os índios em suas reivindicações e servir de intermediário entre eles e a opinião pública e órgãos oficiais.

Os primeiros componentes do Núcleo da Comissão Pró-Índio de Mato Grosso do Sul vêm se reunindo diariamente para concluir a elaboração dos estatutos e gestionar sobre a localização de uma sede onde possa ser facilitado o andamento dos trabalhos. Por enquanto, qualquer correspondência para a comissão pode ser endereçada à Caixa Postal número 689, em Campo Grande. (FINAL)

++++++

Pelo Núcleo da Comissão Pró-Índio
de Mato Grosso do Sul


Marcio Thadeu

Eustáquio de Freitas

Ivan Pacca